Gestao da Imagem Política em Situações de Crise - O Caso da Administração de George W. Bush.

Belim Rodrigues Célia.

Cita:

Belim Rodrigues Célia (2010). *Gestao da Imagem Política em Situações de Crise - O Caso da Administração de George W. Bush*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/413>

**LIBERDADE DE IMPRENSA E OPINIÃO
PÚBLICA ESCLARECIDA COMO
INDICADORES DA QUALIDADE DA
DEMOCRACIA – O CASO DOS PAÍSES DA
EUROPA DO SUL**

Célia Belim Rodrigues¹
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas,
Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP-UTL)
celiabelim@gmail.com

Area Temática: Teoría Política

Subarea Temática: Teoría de la Democracia

Trabajo preparado para su presentación en el V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de julio de 2010

¹ Mestre em Ciência Política, ISCSP-UTL; Doutoranda em Ciências da Comunicação, ISCSP, UTL.

RESUMO

Uma imprensa livre e uma opinião pública informada são apontadas como indicadores da qualidade de um Estado democrático (Noam Chomsky). Keane (1991), numa reflexão sobre a relação democracia-imprensa, atribui crucial importância à imprensa por, em nome do interesse público, reprovar tiranos e corruptos que escapam à opinião pública.

Neste trabalho, procura-se, numa primeira parte, fazer uma revisão da literatura sobre a matéria e, numa segunda parte, apoiados por barómetros, estatísticas, rankings internacionais, avaliar o contributo da liberdade de imprensa e de uma opinião pública esclarecida para a qualidade da democracia na Espanha, Grécia, Itália e Portugal.

Palavras-Chave: Liberdade de Imprensa; Opinião Pública; Opinião Pública Esclarecida; *Media*; Democracia; Qualidade da Democracia.

“Os capitalistas chamam liberdade de imprensa à sua compra pelos ricos, servindo-se da riqueza para fabricar e falsificar a opinião pública.”

Vladimir Lenine

“Gera-se, permanentemente, um conflito de interesses pelo acesso à esfera pública, entre os diversos intervenientes com contacto (privilegiado) com os meios de comunicação social, conflito este que pode ofuscar os interesses, preocupações, problemas da sociedade civil e, como tal, da opinião pública.”

Paula Espírito Santo, 2006: 245

“Tal como um cometa brilhante no céu escuro do absolutismo, a imprensa e a opinião pública levam a luz ao mundo moderno.”

John Keane, 1991: 37

Introdução

Idealmente, uma democracia pressupõe liberdade de imprensa e uma opinião pública bem informada, que participe activamente nos assuntos do Estado em que está integrada. Contudo, como têm vindo a advertir alguns especialistas, como J.A.C. Brown e Noam Chomsky, a democracia, ironicamente, pode ser mais temerosa que um regime autoritário. Isto explica-se, porque numa tirania ou ditadura por exemplo, os cidadãos sabem perfeitamente quem são os reais manipuladores, enquanto na democracia, estes existem, mas os cidadãos não sabem exactamente quem o são.

O papel dos *media* consiste em trazer informação verídica aos cidadãos e descobrir e expor situações de corrupção ou de opacidade e abuso políticos, funcionando como um mensageiro de notícias, um ponto de ligação com o mundo e um contra-peso democrático. Os *media* assumem uma função vital na saúde da democracia. Contudo, têm vindo a surgir teorias, em que o poder político e económico controlam os *media*, vergando-os aos seus interesses, o que significa uma punhalada na tão aclamada democracia.

Neste cenário, a opinião pública tem de procurar a clarividência informativa e tem o dever de não esmorecer nem confiar cegamente nos *media* e nos políticos. Pode e deve funcionar como uma espécie de contra-poder e árbitro. Alfred Sauvy aflora que a opinião pública é um árbitro, uma consciência, um tribunal desprovido certamente de poder político mas temido, sentenciando quem e o que aprecia (1977: 3). É uma força política, que pesará nas decisões e no destino do poder político. Diz: “a opinião pública, este potente anónimo, é frequentemente uma força política, e esta força não está prevista por nenhuma Constituição” (1977: 4).

Perante este apanhado de ideias, são nossos objectivos perceber a importância, assumida pela liberdade de imprensa e por uma opinião pública esclarecida, para a qualidade da democracia. Para corporificar o nosso estudo, primeiro procedemos a uma revisão da literatura, e depois, apoiados por estudos, barómetros, notícias, rankings internacionais, dados estatísticos, procurámos conhecer como esta relação evolui em quatro países do sul da Europa: Espanha, Grécia, Itália e Portugal.

A nossa pesquisa norteou-se pela pergunta de partida: “A liberdade de imprensa e uma opinião pública esclarecida contribuem para a qualidade da democracia?. Derivadas desta pergunta, surgem outras:

P1. Qual o nível da liberdade de imprensa na Espanha, Grécia, Itália e Portugal? Como tem evoluído esta nos últimos cinco anos?

P2. Que nível de informação possui a opinião pública destes países sobre assuntos de energia?

P3. Qual o nível de satisfação com a democracia nacional?

Foram formuladas as seguintes hipóteses, a serem confirmadas (ou não) pela pesquisa:

H1. A liberdade de imprensa tem decaído, acompanhando o declínio global da liberdade de imprensa (www.freedomhouse.org).

H2. A opinião pública não está bem informada sobre assuntos de energia.

H3. A satisfação com a democracia tem decrescido.

1. Liberdade de Imprensa e Opinião Pública Esclarecida – Que Contributo para a Democracia?

1.1. Democracia: Aproximação ao conceito

Chamamos “democracia”² ao regime em que os mais pobres, sendo muitos em número, estão no poder” (Aristóteles, 1998: 215). O fundamento do regime democrático reside na liberdade, sendo que um dos seus atributos se baseia em “ser governado e governar em alternância” – é por via disto que a “justiça exercida com espírito democrático tem em conta uma igualdade segundo o número e não segundo o mérito dos cidadãos”. A segunda regra consiste em “cada um viver como quiser” (*ibid.*: 443). Ziegler (2003: 14) explica que a democracia só existe de facto, quando todos os seres, que compõem a comunidade, podem exprimir os seus desejos íntimos, livre e colectivamente, na autonomia dos seus desejos pessoais e na solidariedade da coexistência com os outros, e conseguem transformar, em instituições e leis, o que concebem como sendo o sentido individual e colectivo da sua existência.

Bobbio (2004: 319-320), na teoria contemporânea da democracia, entende que confluem três grandes tradições do pensamento político: (1) a teoria clássica, divulgada como teoria aristotélica, das três formas de governo, segundo a qual a democracia, como forma de governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania, se distingue da monarquia, como governo de um só, e da aristocracia, como governo de poucos; (2) a teoria medieval de origem romana, apoiada na soberania popular, na base da qual há a contraposição de uma concepção ascendente a uma descendente da soberania, conforme o poder supremo deriva do povo e se torna representativo, ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior; (3) a teoria moderna – conhecida como teoria de Maquiavel – nascida com o Estado moderno na forma das grandes monarquias, segundo a qual as formas históricas do governo são essencialmente duas: a monarquia e a república, e a antiga democracia não é mais que uma forma de república (a outra é a aristocracia), onde se origina o intercâmbio do período pré-revolucionário entre ideais democráticos e republicanos e o governo genuinamente popular é chamado, em vez de democracia, de república.

1.2. Democracia: Um regime também imperfeito?

Apesar de toda uma listagem de atributos de vanglória à democracia, esta, segundo a literatura e observações, fatalmente, se corrompe. Aristóteles já advertira para a sua degeneração, fruto da intervenção dos demagogos: “estes denunciam arditosamente os ricos proprietários que, assim, são levados a aliar-se (o medo recíproco chega a unir os piores inimigos); ou então, incitam publicamente o ânimo dos populares contra as classes abastadas” (1998: 369). Mas, apesar deste sintoma de crise iminente, a História não gerou um outro regime que a tivesse superado.

Neste sentido, Churchill (no discurso na House of Commons, a 11 de Novembro de 1947) afirma: “Ninguém pretende que a democracia seja perfeita ou sem defeito. Tem-se dito que a democracia é a pior forma de governo, salvo todas as demais formas que têm sido experimentadas de tempos a tempos”. Platão não acreditava na democracia. Para ele, a política, a boa condução dos homens em sociedade, era uma arte que somente bem poucos dominavam. O ideal seria uma colectividade governada pelos mais sábios, visto que eram uma espécie de sócios humanos dos deuses, os únicos capazes de entender os difíceis mecanismos da boa regência de tudo – a sofocracia. Aristóteles era

² Sobre as maneiras de gerir com êxito uma democracia, ver: Arend Lijphart (1989).

apologista de que, em conjunto, o povo tem discernimento, e combinado com os melhores cidadãos, é de préstimo para as cidades (1998: 227).

1.3.Liberdade de Imprensa e Opinião Pública Esclarecida: Qualidade Democrática?

A relação cidadãos-Estado conheceu, nos últimos decénios nas democracias ocidentais, uma metamorfose, que constitui um desafio para a representatividade: o grau de exigência dos cidadãos, para com as figuras e partidos políticos, comparativamente ao passado, elevou-se. E assiste-se ao recurso a outras formas não institucionalizadas de acção política para concretização dos seus objectivos e interesses (blogosfera política, associações de cidadãos, manifestações, greves, etc.). Pois, na sociedade pluralista, o cidadão pode exprimir a sua opinião. O problema poderá residir no excesso de informação e comunicação, obstáculos de um pensamento límpido e iluminado.

Teixeira Fernandes observa que “o homem moderno é cioso dos seus direitos, desejoso de desenvolver as suas faculdades” (1997: 363). E se, outrora, as liberdades individuais se submetiam à nação para aclamar a sua soberania – o indivíduo era escravo para que o povo fosse livre –, suportando-se, mais facilmente, as privações e os sacrifícios, hoje preserva-se, se bem que aparentemente, o primado da liberdade individual. Pois, como repara conscientemente Luís Tomé, “em Democracia a opinião pública e os órgãos de comunicação são quase sempre um meio para se alcançarem fins” (in <http://www.jornalvirtual.net/virtual/txt.php?id=6&sec=conv>). A preocupação alicerça-se exactamente na moldagem da opinião pública e na servidão dos *media*.

Contudo, John Keane, numa reflexão sobre a relação *media*-democracia, atribui exímia importância à imprensa, por, em nome do interesse comum ou público, reprovar tiranos ou malfeitores que asfixiam ou escapam à opinião pública: o abuso do poder político é exposto publicamente. Diz: “tal como um cometa brilhante no céu escuro do absolutismo, a imprensa e a opinião pública levam a luz ao mundo moderno” (1991: 37).

Quer os actores políticos individuais, quer os colectivos, estão permanentemente expostos a observações críticas através dos *mass media*, que quais deusa Juno da vida moderna, insurgem-se como o denunciador (ou não) das suas actuações, dando matéria para sentença, emanada pelo “tribunal” da opinião pública.

Hans-Dieter Klingemann e Dieter Fuchs confirmam que “a opinião pública gerada pelos *mass media* influi nas opiniões e preferências dos votantes” (1995: 437). David Perlmutter (1999: 4) entende que, na era massmediática em que vivemos, o compromisso deve ser com a tecnologia, hábil na comunicação política, e que Bill Clinton é o perfeito paradigma de um novo modelo de político, pois ouve e consulta, preocupando-se com os pensamentos e desejos dos cidadãos. O Príncipe deveria ouvir os corações do seu povo e reunir os atributos valorizados por este, evitando ser objecto de ódio (capítulo 19 de *O Príncipe*). Mas Maquiavel demonstra que a ostentação de virtudes pode levar o Príncipe ao desaparecimento, enquanto os vícios são a sua âncora de não imergência (capítulo 15). Adriano Moreira repara que o conteúdo tem cedido lugar à forma e chega a vez do tudo ser possível. Pois se um político não possui

carisma, a tecnologia inventa-a, e se um partido não tem ideário político capaz, a mesma ideologia reinventa-a (1993: 382-383).

E, neste sentido, goza de grande lucidez a constatação de Ulrich Beck: “Chamar por um Estado forte é presumir um consenso forte” (1998: 164), que “deva ser ganho diligente e intencionalmente” (*ibid.*: 165). Na cobertura jornalística do conflito do Kosovo, notou-se, nitidamente, que cada país adoptou a versão dos factos que mais se coadunava com o grau de legitimidade, que se pretendia como devolução da opinião pública nacional. (José Jorge Letria, 2001: 92). Observa-se também que os totalitaristas, ao politizar tudo e todos, intentam fazer crer que são a voz válida do povo que governa e, por isso, representam uma democracia autêntica (Irving Crespi, 1997: 104).

O *Livro de Estilo do Público* (1998) reforça a indispensabilidade de uma opinião pública informada, activa e interveniente, por ser condição fundamental da democracia e da dinâmica de uma sociedade aberta, que não fixa fronteiras regionais, nacionais e culturais aos movimentos de comunicação e opinião. Para um melhor serviço prestado à opinião pública pelos *mass media*, lança um apelo à conciliação entre as regras da técnica e da deontologia com a criatividade e o estilo próprio de cada jornalista.

Remontando a Heródoto, que a entendia como essencial para a política, a opinião pública, fenómeno da época moderna por pressupor uma sociedade civil distinta do Estado, uma sociedade livre e articulada, poderá ser alvo de um triplo entendimento³ (José Rodrigues dos Santos, 2001: 122): (1) conjunto das opiniões expressas pelos meios de comunicação de massas, por ser através deles que uma opinião se torna pública. Thomas Jefferson crê que a liberdade de imprensa e a alfabetização contribuem para a iluminação dos espíritos, referindo que “onde a imprensa é livre e todo o homem é capaz de ler, tudo está a salvo”. Churchill, também, deposita confiança nesta acepção de opinião pública, afirmando que “não há opinião pública, há opinião publicada”; (2) opiniões do público em geral, independentemente do seu acesso à comunicação social para as expressar; (3) conceito demasiado vasto e amplo, impotente na tradução dos pensamentos de um público fragmentado, no qual prolifera um grande número de opiniões diferentes e contraditórias. Esta última interpretação afigura-se-nos como a mais sensata.

1.4. Liberdade de Imprensa e Opinião Pública Esclarecida: Um mito democrático?

Adriano Duarte Rodrigues repara que os órgãos de informação se tornaram, nas democracias, “cada vez menos claramente meios de informação, de proposta de projectos de sociedade, de programas políticos, e cada vez mais obviamente um campo social de encenação pública de imagens de marca que emprestam aos homens políticos, em função da sua própria estratégia de diversão e de sedução” (1997: 161). Por seu turno, o universo político molda-se à lógica publicitária e do marketing, secundando a

³ Jorge de Sá e Luís Reto (2002: 23-26) realçam 5 acepções de opinião pública: (1) agregação (somatório) das opiniões individuais; (2) reflexo das crenças da maioria; (3) resultado do confronto de grupos de interesses; (4) opinião dos órgãos de comunicação social e das elites; (5) ficção, ou seja, construção retórica dos *media*.

sua função ideológica tradicional – o que contribui, poderosamente, para a ideologia pós-moderna da morte das ideologias (1997: 161).

Um fenómeno, que a democracia deveria aniquilar, é a censura, a inimiga da liberdade e deturpadora da verdade. John Keane (1991: 100-15) observa-a, referindo que estamos a entrar numa nova era de censura política, a “era do Leviatã democrático”, em que partes essenciais da vida são organizadas por instituições políticas irresponsáveis, elencando cinco tipos interligados de censura política: (1) poderes de emergência – as tentativas dos governos para sujeitarem os *media* a se submeterem directamente aos seus desejos através de instruções, ameaças, expulsões e detenções; (2) sigilo militar – o Estado moderno faz-se acompanhar de órgãos policiais e militares de sigilo, pois não há maneira mais eficaz de manobrar os opositores (domésticos e estrangeiros) do que dominar informações a seu respeito e vertê-las a seu favor; (3) mentira – falsidade, enviesamento da verdade; (4) publicidade estatal – toda a publicitação, auto-promoção e marketing institucional do Estado, recorrendo a diversas vias de suporte; (5) corporativismo – as redes de organizações do sector privado, que trabalham para o governo, através de negociações e contratos.

Também Ignacio Ramonet (2000: 29) refere o conceito “censura democrática” para abarcar a supressão, retenção, corte, interdição da informação que, por não ser distribuída entre os cidadãos, é como se não existisse. A máquina de comunicação moderna atormenta os indivíduos, que, atordoados com a alucinação informativa, o *boom* de acontecimentos que lhes chega, são presas fáceis da desorientação noticiosa na democracia. Lembramo-nos das advertências de George Orwell e Aldous Huxley contra um mundo administrado por uma polícia do pensamento. O poder dos *media* é tal que se equaciona a sua designação como “quarto poder”, se nos ativermos à classificação tripartida de Montesquieu. Talvez a mais próxima da estruturação hierárquica dos poderes será o poder mediático em segundo plano, muito imbricado e antecedido pelo poder económico, e sucedido pelo político⁴.

Edward Herman e Noam Chomsky notam que os meios de informação, em poder de forças estatais ou grupos económicos, nunca deixaram de veicular, como secreto veneno, uma propaganda tendenciosa. Dizem: “Um modelo de propaganda focaliza, nesta desigualdade da riqueza e poder e seus efeitos multietápicos, os interesses e escolhas dos *mass media*. Seguem as rotas do dinheiro e poder, que ditam as notícias para impressão, marginalizam os dissidentes e permitem, ao governo e interesses privados dominantes, passar as suas mensagens para o seu público” (1988: 2).

Traçam um modelo de propaganda, explicativo de como os ricos e poderosos usam os *media* para veicular os seus interesses, aniquilando, assim, qualquer aceção positiva da democracia. Apontam 5 filtros da cobertura jornalística (1988: 1-35): (1) os aspectos ligados ao tamanho, grau de concentração da propriedade, riqueza dos proprietários e a orientação para o lucro das empresas de comunicação dominantes; (2) a publicidade ser a principal fonte de receitas dessas empresas; (3) a dependência dos *mass media* quanto

⁴ Numa conferência realizada no Fórum da Maia, intitulada ‘Portugal, os Media e Democracia’, Manuel Maria Carrilho constata que o quarto poder tem vindo a transformar-se no primeiro, mas com uma diferença: “É um poder que não tem legitimidade dos votos dos cidadãos, como os partidos” (*João Queiroz, com A.L.S. / M.P. / R.T. / J.Q.: 2006*).

a informações fornecidas pelo governo, empresários e especialistas, creditados e aprovados por esses agentes do poder e fontes primárias; (4) a artilharia crítica negativa (*flak*) desses sectores como modo de disciplinar os meios; (5) o anti-comunismo enquanto religião nacional e mecanismo de controlo.

Chomsky entende que se pretende o alheamento, erguendo-se uma “democracia de espectadores”. E tal não será difícil de implementar, visto que “as pessoas, a grande massa, são demasiadamente estúpidas para perceberem as coisas. Se tentam participar na condução dos seus próprios assuntos, vão mesmo causar perturbações” (2003: 18-19). Urge que o “rebanho” seja domesticado e que não lhe seja consentível enfurecer-se, vagar ou destruir. Neste sentido, a estratégia a adoptar consiste na fabricação do consentimento, pelo que os *media*, escolas e a cultura popular terão de estar divididos.

O conceito de democracia é enviesado, traído, pois a disponibilização de meios, que permitam aos cidadãos participar, de maneira significativa, na condução dos seus assuntos e em que os *mass media* são abertos e livres não são mais do que mero mito, ou retoque de oratória. Há uma espécie de ilusão de participação, que reduz a função política à informação superficial e ao voto periódico (Lassale, 1971: 22), contrariando o entendimento durkheimiano de democracia, que se suporta no “grau de comunicação entre a massa da população e os governantes” (Raymond Aron, 1982: 272). Há tão-só uma pseudo-comunicação, enganadora para o cidadão comum, mas vital para sustentar os intentos de quem é actor político. Juan Luís Cebrián (2005) alerta para a mistificação da democracia, o seu fechamento como corpo ideológico e delapidação pela protecção dos interesses e caprichos das classes dominantes.

Furio Colombo é apologista de que o sistema do poder, mesmo no regime mais democrático, aprendeu a defender-se da revelação jornalística com um método que, por analogia, lembra a vacinação. Permite a filtragem deliberada de uma parte das notícias, que poderiam transformar-se em revelações perigosas. Diz: “Alguém sai prejudicado ou ferido de morte, mas nunca o grupo do poder no seu todo” (1998: 167). Reflete sobre a transformação da informação como força sobre o poder num, as mais das vezes, intencional caudal de notícias, opiniões, humores e factos confiados às águas do poder formal, reflectindo a sua imagem e arrastando as suas escórias. Atropela-se, pois, a verdadeira essência da democracia e do papel de informador, que cabe aos *media*, para se passar para campos ardilosos de mobilização e propaganda.

Chomsky observa que o entendimento e aplicabilidade da democracia obedecem a uma lógica de impedimento das massas na decisão do destino social, por não serem dotadas de inteligência nem formação, mas serem ingénuas, manipuláveis e ignorantes.

A proclamada democracia, “a regra do povo, pelo povo e para o povo” (Abraham Lincoln), envenena e trai o povo. As fantásticas possibilidades de contaminação pela propaganda política fazem pesar, sobre o mundo, uma poderosa ameaça. Domenach nota que “já apareceram verdadeiras «epidemias psicológicas» conscientemente provocadas; «engenheiros de almas» já fabricaram em série indivíduos de mentalidade teleguiada” (1975: 143). E os *media*, que deveriam, eticamente, libertar, auxiliam na acção do obscurecimento. Noam Chomsky teme a imprensa, afirmando que “pode causar mais danos que a bomba atómica. E deixar cicatrizes no cérebro” (1996). Ignacio

Ramonet compreende a crise que atormenta os *media* como uma crise de credibilidade (1996). “A actual comunicação mediática é dominada por técnicas persuasivas, evidentes ou escondidas, tendentes a dominar os hábitos comunicacionais dos utentes” (Manuel José Lopes da Silva, 1999: 8).

É um paradoxo como a democracia, que deveria garantir a participação plena do cidadão, sendo obrigada, para tal, a usar da transparência, das capacidades virtuosas dos *mass media* – que deveriam informar e denunciar os atropelos e abusos dos políticos, auxiliando o cidadão nas suas opções conscientes, que não devem ser anuladas –, sucumbe e degenera. É uma faca de dois gumes: a democracia permite (idealmente) a liberdade do indivíduo, mas este é traído por esta: é sujeito das mais engenhosas estratégias de estanque e inércia dos seus estímulos de reacção e, julgando-se livre, é enganado e aprisionado pela aparência de liberdade. Os *mass media*, numa relação tributária aos políticos, servem interesses alheios à sua responsabilidade social, quer seja pela espectacularização das matérias – que podem servir de chamariz para alvos de debate público secundários, alheando o cidadão de uma reflexão dos reais assuntos –, quer seja através de um compromisso, à semelhança do feudalismo, de vassalagem. A premissa de que o mundo político é “o da acção do homem sobre o homem” (Calvez, 1968: 27) confirma-se. Brown equaciona, se nos Estados totalitários, bem como na Idade Média, em que o emprego autoritário do poder é manifesto, o cidadão não se sentirá menos manipulado do que numa democracia, com persuasores omissos (1976: 36). Contudo, é derrotismo pensar que o cidadão comum, em vez de se libertar, se subjuga, passiva e acriticamente, ao entorpecimento.

2. Análise e Interpretação dos Resultados

2.1. Liberdade de Imprensa

Propomo-nos analisar quatro países da Europa do Sul: Espanha, Grécia, Itália e Portugal. Todos são Estados democráticos, em que a liberdade de imprensa está consagrada.

Para podermos comparar os níveis de liberdade de imprensa nos vários países e para perceber a sua evolução ao longo dos últimos cinco anos, apoiámo-nos nos rankings da Freedom House e dos Repórteres Sem Fronteiras.

Neste ponto, norteámo-nos pela pergunta que se segue e pela respectiva hipótese.

P1. Qual o nível da liberdade de imprensa na Espanha, Grécia, Itália e Portugal? Como tem evoluído esta nos últimos cinco anos?

H1. A liberdade de imprensa tem decaído, acompanhando o declínio global da liberdade de imprensa (www.freedomhouse.org).

Nota-se, atentando para os quadros, uma queda no ranking mundial da liberdade de imprensa, no que toca aos quatro países analisados e aos dois estudos.

Quadro 1 – Liberdade de Imprensa entre 2005-2009, pela Freedom House

		Espanha	Grécia	Itália	Portugal
2005	Score	22	28	35	14
2006	Score	21↑	28=	35=	14=
2007	Score	22↓	25↑	29↑	14=
2008	Score	23↓	27↓	29=	16↓
2009	Score	24↓	29↓	32↓	16=

In <http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=15>

Observamos, que os países analisados, genericamente, desceram no ranking da liberdade de imprensa. A Espanha, em cinco anos, passou da posição 22 para a 24. A Grécia, por sua vez, passou da 28.^a classificação para a 29.^a. A Itália do 35.^o lugar subiu para o 32.^o. Por sua vez, Portugal caiu dois lugares, ocupando a 16.^a posição.

Dos quatro países analisados, Portugal é o melhor posicionado no ranking, seguido pela Espanha, Grécia e Itália.

Quadro 2 – Liberdade de Imprensa entre 2005-2009, pelos Repórteres Sem Fronteiras

		Espanha	Grécia	Itália	Portugal
2005	N.º	40	18	42	23
	Score	8,33	4,00	8,67	4,83
2006	N.º	41 ↓	32 ↓	40 ↑	10 ↑
	Score	10,00	8,00	9,90	3,00
2007	N.º	33 ↑	30 ↑	35 ↑	8 ↑
	Score	10,25	9,25	11,25	2,00
2008	N.º	36 ↓	31 ↓	44 ↓	16 ↓
	Score	8,00	7,50	8,42	4,00
2009	N.º	44 ↓	35 ↓	49 ↓	30 ↓
	Score	11,00	9,00	12,14	8,00

In <http://en.rsf.org>

Todos os países, nesta análise dos Repórteres Sem Fronteiras, desceram, nos últimos cinco anos, no ranking da liberdade de imprensa: a Espanha perdeu quatro lugares (da 40.^a posição para a 44.^a), a Grécia perdeu dezassete (ocupando agora a 35.^a posição), a

Itália perdeu sete (colocando-se no 49.º lugar) e Portugal perdeu sete posições (ficando-se agora no 30.º lugar).

Dos quatro países, o melhor classificado é Portugal, ocupando a 30.ª posição no ranking, seguindo-se a Grécia, Espanha e Itália.

Itália, entre os quatro países analisados, é o pior classificado. Para tal, contribui o controlo e influência, pelo primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, de seis dos sete canais televisivos de transmissão nacional (in <http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=251&year=2005>). Em Outubro de 2009, os Repórteres Sem Fronteiras anunciavam que Silvio Berlusconi, proprietário do império italiano de *media Mediaset*, além de ter controlo dos principais *media*, estava prestes a integrar a lista dos “predadores da liberdade de imprensa”, um caso inédito num Chefe de Governo (in http://dn.sapo.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1382998).

Em Março de 2010, Berlusconi é acusado de abuso de poder e ameaças a um funcionário da Autoridade de Comunicações do seu país, por tentar, no ano passado, encerrar a transmissão de um *talk show* político na televisão estatal. Promotores de Trani confirmaram a veracidade de um relatório, publicado pelo jornal *Il Fatto Quotidiano* no dia 12/3, informando que o primeiro-ministro italiano estava sendo investigado (in <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=581MON010>).

Em 2005, o Osservatorio di Pavia reportou que, no mês de Fevereiro do corrente ano, a presença de Berlusconi na televisão ocupou 42% do tempo total dedicado aos políticos (in <http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=251&year=2005>).

Por sua vez, a Espanha tem uma imprensa livre e animada, com mais de 100 jornais, que cobrem uma vastidão de perspectivas, investigando activamente a corrupção de alto nível. Os jornalistas, que se opõem aos pontos de vista da Basque Homeland and Freedom (ETA), são perseguidos por esta, temendo pela própria vida.

Na Grécia, são muitos os jornais e outras publicações independentes, incluindo alguns que são críticos do governo. Muitas empresas de radiodifusão são propriedade privada. Os órgãos de comunicação social (OCS), tanto os públicos, como os privados, são, em grande parte, livres de restrições governamentais. Contudo, as estações estatais tendem a manifestar uma orientação pró-governo leve. Questões politicamente sensíveis, como o estatuto do Macedónios e outras minorias étnicas, no país, ainda desencadeiam pressões do governo e suscitam uma certa auto-censura (in <http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=251&year=2008>).

Perante a queda de Portugal do 8.º lugar para o 16.º, de 2007 para 2008 no ranking dos Repórteres sem Fronteiras, Joaquim Vieira, presidente do Observatório da Imprensa, explica que, no novo Estatuto do Jornalista, existe um Regulamento Disciplinar, que pode condicionar o trabalho e a liberdade de imprensa dos jornalistas, nomeadamente se forem obrigados a revelar as suas fontes, em casos de crimes graves ou sancionados na quebra das regras do Código Deontológico (João Simão, 2008).

Em Portugal, a comissão de Ética, Sociedade e Cultura apresentou, em Maio de 2010, o projecto de relatório das audições realizadas sobre o exercício da liberdade de expressão

no país. Segundo as conclusões do documento, o direito a uma informação livre, diversa e isenta está cada vez mais diminuído e as diferentes formas de condicionamento do conteúdo informativo cada vez mais perigosas e sofisticadas (in http://www.rtv.com.pt/www/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=1&Itemid=50&limitstart=64).

Pedro Magalhães (2009: 21) apura que as percepções dos portugueses sobre a imparcialidade e pluralismo dos *media*, manifestam os seguintes valores: 30% dos respondentes discordam que os *media* reflectem pluralidade de opiniões na sociedade, enquanto 33% concorda.

2.2. Nível de Informação sobre Assuntos de Energia

Para aferir o grau de esclarecimento da opinião pública, escolhemos o tema dos assuntos de energia, um assunto bastante significativo nos nossos dias e, sobre o qual, os políticos muito têm discutido e a Comunicação Social tem feito eco.

Este ponto da nossa investigação norteou-se pela busca de respostas à pergunta em baixo e pela confirmação ou não da hipótese esboçada, também em baixo.

P2. Que nível de informação possui a opinião pública destes países sobre assuntos de energia?

H2. A opinião pública não está bem informada sobre assuntos de energia.

Quadro 3 - “Quão informado pensa estar sobre a segurança das centrais nucleares?”⁵

Espanha	83%	Respostas: “Não muito bem informado” + “Nada informado”
Grécia	88%	
Itália	78%	
Portugal	86%	
UE27	74%	

In http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_324_en.pdf, 2009

Em 2009, a percentagem de respostas que apontam para uma baixa ou nula informação sobre o assunto ultrapassa os 50% em todos os países: Espanha evidencia 83%, a Grécia

⁵ “How informed do you think you are about safety of nuclear power plants?”

88%, a Itália 78% e Portugal 74%. Ultrapassam todos a média europeia, que também é alta, situando-se nos 74%.

Quadro 4 - "Para tirar as suas próprias conclusões sobre os riscos e benefícios das decisões de energia, em geral, e da nuclear, em particular, acha que as informações que os *media* divulgam são suficientes?"⁶

	Espanha	Grécia	Itália	Portugal
“Sim, certamente” + “Sim, provavelmente”	30	19	27	26
“Provavelmente não” + “Certamente não”	64	80	68	58
“Não sabe”	6	1	5	16

In http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_324_en.pdf, 2009

Em 2009, nos quatro países, a maioria da opinião pública considera que as informações que os *media* divulgam sobre o assunto não são suficientes: em Espanha 64% confirma este facto, na Grécia 80%, na Itália 68% e em Portugal 58%.

	2009	Comparação a 2006	Respostas: “Sim, certamente” + “Sim, provavelmente”
Espanha	30%	+14	
Grécia	19%	+2	
Itália	27%	-3	
Portugal	26%	+7	
UE27	32%	+5	

Como mencionado acima, a sensação de estar suficientemente esclarecido pelos *media* tem evoluído em diversos países, desde Outubro-Novembro de 2006. Apenas na Itália decaiu.

In http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_324_en.pdf / http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_271_en.pdf

⁶ “For you to draw your own conclusions on the risks and benefits of energy choices in general and nuclear in particular, do you think that the information the media offer is sufficient?”

2.3. Satisfação com a Democracia Nacional

Neste ponto, procurámos responder à pergunta abaixo formulada e confirmar ou infirmar a respectiva hipótese.

P3. Qual o nível de satisfação com a democracia nacional?

H3. A satisfação com a democracia tem decrescido.

Quadro 5 - Satisfação com a Democracia Nacional, em 1999

	Espanha	Grécia	Itália	Portugal
“Muito satisfeito(a)” + “Bastante satisfeito(a)”	68	53	27	56
“Não muito satisfeito(a)” + “Nada satisfeito(a)”	28	46	70	40
“Não sabe”	4	1	3	4

In http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb52/eb52_en.pdf, 1999

Em 1999, Espanha (68%), Grécia (53%) e Portugal (56%) confirmavam a satisfação com as suas democracias nacionais. A exceção seria a Itália (27%).

Quadro 6 - “Em suma, estão muito satisfeitos(as), satisfeitos(as), não muito satisfeitos(as) ou nada satisfeitos(as) com o funcionamento da democracia no (VOSSO PAÍS)?”

	Espanha	Grécia	Itália	Portugal
“Muito satisfeito(a)” + “Satisfeito(a)”	58	49	44	40
“Não muito satisfeito(a)” + “Nada satisfeito(a)”	41	51	54	57
“Não sabe”	1	0	2	3

In http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb72/eb72_vol1_fr.pdf, 2009

Passados 10 anos, apenas a Espanha manifesta maior percentagem de cidadãos satisfeitos com a democracia nacional (58%). Nos casos da Grécia, Itália e Portugal, há uma maior percentagem de cidadãos insatisfeitos: a Grécia apresenta, agora, uma taxa de insatisfação de 51%, a Itália de 54% e Portugal de 57%.

Comparativamente a 1999, podemos registar, ainda, uma descida da satisfação na Espanha, Grécia e Portugal, ficando negativa em Espanha e Portugal. No caso da Itália, apesar de se verificar uma subida de satisfação, a percentagem continua negativa, ficando nos 44%.

Muitos estudos têm sido feitos sobre o nível de satisfação dos europeus em relação aos seus regimes políticos e funcionamento da democracia. Alguns estudos têm denunciado o crescendo de insatisfação, como se confirma, nos casos espanhol, grego e português.

No caso português, alguns estudos têm revelado conclusões contraditórias, e as mais pessimistas têm sido avançadas por estudos de natureza qualitativa. Wiarda e Mott, por exemplo, detectam, em Portugal e Espanha, a permanência de sintomas de uma cultura política "corporativa", "autoritária" e "iliberal", vistos, em grande medida, como o resultado de "uma fusão entre crenças católicas e modernos governos democráticos" (2001: 103).

Em Portugal, tem-se notado um "aumento dramático" (Montero, Gunther e Torcal, 1997) dos níveis de apoio difuso ao regime democrático desde meados dos anos 80, que é alimentado, em grande parte, pela completa conversão da direita ideológica à noção da superioridade do regime democrático em relação aos regimes autoritários ou de qualquer outro tipo. Mas por outro lado, regista-se também um aumento, igualmente dramático, da síndrome de "insatisfação" ou "descontentamento democrático", que parece ser especialmente visível na esquerda do espectro partidário. Por outras palavras, enquanto a direita se "democratizou", junto da esquerda emergiu uma síndrome de

"descontentamento democrático", baseada na avaliação crítica das insuficiências "funcionais" do regime (Pedro Magalhães; Sérgio Faria, 2003)

O ex-Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, afirmou estar "nada satisfeito com a qualidade da democracia em Portugal". Na opinião de Sampaio, a sociedade civil no nosso país é "pouco actuante" e os poderes políticos são influenciados por "sectores corporativos", como o da justiça (António Carneiro, 2010).

Portugal foi capaz de criar uma democracia vibrante, que está, formalmente, a funcionar, mas qualitativamente ainda tem um longo caminho a percorrer. O aspecto mais perigoso da democracia portuguesa de hoje é o fosso crescente entre a classe política e a população (Magone, 2003).

Parece encontrar-se uma relação entre a qualidade da liberdade de imprensa e a satisfação com a democracia. Pois, nos casos da Espanha, Grécia e Portugal, a descida no ranking da liberdade de imprensa acompanhou a subida do nível de insatisfação com a democracia. No caso italiano, a subida classificativa, no ranking da liberdade de imprensa da Freedom House, foi acompanhada por uma maior satisfação com a democracia nacional. Podemos, pois, fixar uma relação (directa) entre a liberdade de imprensa e a qualidade da democracia.

Apercebemo-nos, também que, no que toca aos assuntos de energia, nos quatro países analisados, a opinião pública admite estar pouco ou nada informada.

Considerações Finais

A teoria e a experiência histórica revelam que uma imprensa livre e uma opinião pública esclarecida podem funcionar como contra-poderes, contribuindo para a salubridade de um Estado democrático.

Nos últimos cinco anos (2005-2009), os países da Europa do Sul, que analisámos, genericamente, desceram no ranking da liberdade de imprensa da Freedom House. A Espanha passou da posição 22 para a 24. A Grécia, por sua vez, caiu da 28.^a classificação para a 29.^a. A excepção é a Itália, que subiu do 35.^o lugar para o 32.^o. Por sua vez, Portugal caiu dois lugares, ocupando a 16.^a posição. Dos quatro países analisados, Portugal é o melhor posicionado no ranking, seguido pela Espanha, Grécia e Itália.

No ranking dos Repórteres Sem Fronteiras, todos os países desceram, nos últimos cinco anos: a Espanha caiu quatro lugares (da 40.^a posição para a 44.^a), a Grécia perdeu dezassete (ocupando agora a 35.^a posição), a Itália perdeu sete (colocando-se no 49.^o lugar) e Portugal perdeu sete posições (ficando agora no 30.^o lugar). Dos quatro países, o melhor classificado é Portugal, ocupando a 30.^a posição no ranking, seguindo-se a Grécia, Espanha e Itália.

Em 2009, a percentagem de respostas à questão **”Quão informado pensa estar sobre a segurança das centrais nucleares?”**⁷, que revelam uma baixa ou nula informação

⁷ “How informed do you think you are about safety of nuclear power plants?”

sobre o assunto, ultrapassam os 50% em todos os países: Espanha evidencia 83%, a Grécia 88%, a Itália 78% e Portugal 74%. Ultrapassam todos a média europeia, que também é alta, situando-se nos 74%.

Em 2009, nos quatro países, a grande parte da opinião pública considera que as informações, que os *media* divulgam sobre o assunto, não são suficientes: em Espanha 64% dos respondentes confirma-o, na Grécia 80%, na Itália 68% e em Portugal 58%. Apesar destes valores baixos, nota-se que a sensação de estar suficientemente esclarecido pelos *media* tem evoluído positivamente em diversos países, desde Outubro-Novembro de 2006. Apenas a Itália desceu a percentagem, comparativamente a 2006.

No que toca à satisfação com as democracias nacionais, em 1999, a Espanha (68%), Grécia (53%) e Portugal (56%) confirmavam este agrado. A excepção partiu da Itália (27%). Volvidos 10 anos, o cenário altera-se: apenas a Espanha manifesta maior percentagem de cidadãos satisfeitos com a democracia nacional (58%). Nos casos da Grécia, Itália e Portugal, há uma maior percentagem de cidadãos insatisfeitos: a Grécia apresenta, agora, uma taxa de insatisfação de 51%, a Itália de 54% e Portugal de 57%.

Comparativamente a 1999, podemos registar, ainda, uma descida da satisfação na Espanha, Grécia e Portugal, ficando negativa em Espanha e Portugal. No caso da Itália, apesar de se verificar uma subida de satisfação, a percentagem continua negativa, ficando nos 44%.

Parece encontrar-se uma relação entre a qualidade da liberdade de imprensa e a satisfação com a democracia. Pois, nos casos da Espanha, Grécia e Portugal, a descida, nos dois rankings da liberdade de imprensa analisados, acompanhou a subida do nível de insatisfação com a democracia. No caso da Itália, a subida classificativa, no ranking da liberdade de imprensa da Freedom House, foi acompanhada por uma maior satisfação com a democracia nacional. Podemos estabelecer uma relação (directa) entre o nível da liberdade de imprensa e a satisfação com a democracia e, portanto, a qualidade democrática.

No que toca à opinião pública informada, apercebemo-nos que, no que toca aos assuntos de energia, nos quatro países analisados, a opinião pública admite estar pouco ou nada informada.

Bibliografia

“Berlusconi acusado de abuso de poder”, 17/3/2010, in <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=581MON010>, acesso a: 06.06.2010.

“Liberdade de imprensa debatida em Bruxelas, 07/10/2009, in http://dn.sapo.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1382998, acesso a: 06.06.2010.

ARISTÓTELES (1998), *Política*, Edições Bilingue, trad. de António Campelo Amaral e Carlos Gomes, Lisboa, Vega.

ARON, Raymond (1982), *As etapas do pensamento sociológico*, Brasília, Universidade de Brasília.

- BECK, Ulrich (1998), *Democracy Without Enemies*, translated by Mark Ritter, Cambridge, UK, Polity Press.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (2004), *Dicionário de Política*, 12.^a ed., vols. 1; 2, Brasília, Universidade de Brasília / Dinalivro.
- BROWN, J. A. C. (1976), *Técnicas de Persuasão – Da Propaganda à Lavagem Cerebral*, 3.^a ed., trad. de Octavio Alves Velho, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- CALVEZ, Jean Yves (1968), *Introdução à Vida Política*, Lisboa, Moraes Editores.
- CEBRIÁN, Juan Luís (2005), *O Fundamentalismo Democrático*, Lisboa, Campo das Letras.
- CHOMSKY, Noam (2003f), *A Manipulação dos Media – Os Efeitos Extraordinários da Propaganda*, Mem Martins, Editorial Inquérito.
- COLOMBO, Furio (1998), *Conhecer o jornalismo: Como se faz a informação*, trad. de Maria Georgina Segurado, Lisboa, Editorial Presença.
- CRESPI, Irving (1997), *The Public Opinion Process: How the People Speak*, Mahwah, New Jersey / London, Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- DOMENACH, Jean-Marie (1975), *A Propaganda Política*, Amadora, Livraria Bertrand.
- ESPÍRITO SANTO, Paula (2006), *Sociologia Política e Eleitoral – Modelos e explicações de voto*, Lisboa, ISCSP-UTL.
- FERNANDES, António Teixeira (1997), *A Sociedade e o Estado – Sociologia das Formações Políticas*, Porto, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento.
- HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam (1988), *Manufacturing Consent – The Political Economy of the Mass Media*, New York, Pantheon Books.
- KEANE, John (1991), *A Democracia e os Media*, trad. de Maria Filomena Duarte, Lisboa, Temas e Debates.
- KLINGEMANN, Hans-Dieter; FUCHS, Dieter (editors) (1995), *Citizens and the State*, Oxford, Oxford University Press.
- LASSALE, Jean-Pierre (1971), *Introdução à Política*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- LETRIA, José Jorge (2001), *O Terrorismo e os “Media”: o tempo de antena do terror e outras reflexões*, Lisboa, Hugin.
- LIJPHART, Arend (1984), *As Democracias Contemporâneas*, Lisboa, Gradiva, 1989.
- Livro de Estilo do Público* (1998), Público, Fevereiro, in http://www.publico.clix.pt/nos/livro_estilo/160-palavras.html.
- MAQUIAVEL, Nicolau (2000), *O Príncipe*, Lisboa, Europa-América.
- MOREIRA, Adriano (1933), *Ciência Política*, Coimbra, Livraria Almedina.
- PERLMUTTER, David D. (edited by) (1999), *The Manship School Guide to POLITICAL COMMUNICATION*, USA, Louisiana State University Press.
- QUEIROZ, João, com A.L.S. / M.P. / R.T. / J.Q. (2006), “Comentadores são patetas”, Correio da Manhã, 24.09.
- RAMONET, Ignacio (2000), *A Tirania da Comunicação*, Porto, Campo das Letras.
- RODRIGUES, Adriano Duarte (1997), *Estratégias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença.
- SÁ, Jorge de (2002), *VOX POPULI – o Estado da Opinião em Portugal (1997-2001)*, Chiado, Bertrand Editora.
- SANTOS, José Rodrigues dos (2001), *Comunicação*, Lisboa, Prefácio.
- SAUVY, Alfred (1971), *L’Opinion Publique*, 7.^a ed. Paris, PUF.

SILVA, Manuel José Lopes da (1999), “Processos cognitivos na comunicação social”, Universidade Nova de Lisboa, in www.bocc.ubi.pt/_esp/escola.php?codinst=2, acesso a: 30.08.07.

TOMÉ, Luís (s.d.), “Os Media e a Guerra no Iraque”, in <http://www.jornalvirtual.net/virtual/txt.php?id=6&sec=conv>, acesso a: 30.08.07.

ZIEGLER, Jean (2003), *Os Novos senhores do Mundo e os seus Opositores*, trad. de Magda Bigotte de Figueiredo, Lisboa, Terramar, 2003.

SIMÃO, João (2010), “Liberdade de Imprensa em Portugal cai oito lugares”, 24 Outubro 2008, in <http://www.comunicamos.org/jornalismo/liberdade-de-imprensa-em-portugal-cai-oito-lugares>

“Liberdade de Imprensa – Segundo a Comissão de Ética tem diminuído em Portugal”, rtv, 6 Maio 2010, in http://www.rtv.com.pt/www/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=1&Itemid=50&limitstart=64, acesso a: 06.06.2010.

WIARDA, Howard J.; MOTT, Margaret MacLeish (2001), *Catholic Roots and Democratic Flowers - Political Systems in Spain and Portugal, USA*: Praeger

MAGONE, José M. (2003), Portugal: The Patrimonial Heritage and the Emergence of a Democratic Political Class. In Jens Borchert and Jurgen Zeiss (eds.), *The political class in advanced democracies*, Oxford OUP, pp. 320-335

MAGALHÃES, Pedro; FARIA, Sérgio (2003), “Legitimidade, confiança institucional e descontentamento democrático em Portugal”, Texto de suporte à comunicação na Conferência Internacional *Portugal a Votos I – Eleições Legislativas de 2002*, organizada pelo ICS/UL e pela FLAD (27 e 28 de Fevereiro de 2003).

MAGALHÃES, Pedro (2009), “A Qualidade da Democracia em Portugal: A Perspectiva dos Cidadãos”. Relatório inicial de um estudo promovido pelas SEDES, com o apoio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e da Intercampus, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

CARNEIRO, António (2010), “Jorge Sampaio descontente com a qualidade da democracia portuguesa”, rpt.pt, 21.04, in <http://tv1.rtp.pt/noticias/index.php?t=Jorge-Sampaio-descontente-com-a-qualidade-da-democracia-portuguesa.rtp&article=337831&visual=3&layout=10&tm=9>, acesso a: 06.06.2010.

MONTERO, José Ramón; GUNTHER, Richard e TORCAL, Mariano (1997), "Democracy in Spain: Legitimacy, Discontent and Disaffection". *Studies in Comparative International Development*, 32, 124-160.

Documentos

“Eurobarometer – Public Opinion in the European Union”. Report number 52. Release: April 2000. Fieldwork: October – November 1999. European Commission. In http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb52/eb52_en.pdf

“Europeans and Nuclear Safety – Report”, Special Eurobarometer 271. Fieldwork: October - November 2006. Publication: February 2007. European Commission. In http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_271_en.pdf

“Europeans and Nuclear Safety – Report”, Special Eurobarometer 324. Fieldwork: September – October 2009. Publication: March 2010. European Commission. In http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_324_en.pdf

Eurobarometre 72 – L’Opinion Publique dans l’Union Européenne. Rapport Terrain: octobre – novembre 2009. Publication: février 2010. Commission Européenne. In http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb72/eb72_voll_fr.pdf

<http://en.rsfs.org/>

<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=15>

<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=251&year=2005>

<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=251&year=2008>